



30026340



08016.014306/2024-61



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Políticas Penais  
Coordenação-Geral de Cidadania e Alternativas Penais

## ANEXO I

### DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DE PROPOSTA

#### OBJETIVOS

##### Objetivos

Promover o acesso à justiça, cidadania, aos cuidados com a saúde mental e direitos de pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, Pessoas pós audiência de custódia, e monitoração eletrônica; assim como de seus familiares.

##### Objetivos Específicos

- Instalar espaços de atendimento público de acesso à direitos no âmbito do Sistema Prisional, das Universidades Federais e institutos Federais - em todo território nacional em articulação junto a Defensoria Pública e Ministério da Justiça e Segurança Pública
- Apoiar a implementação de serviços de assessoria jurídica popular e gratuita para pessoas privadas de liberdade, visando o acesso à justiça e a proteção e defesa dos Direitos Humanos e a prevenção e combate à violência institucional;
- Promover o acesso à justiça para a população privada de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e monitoradas eletronicamente, bem como aos respectivos familiares;
- Contribuir para a superação das vulnerabilidades sociais e acesso a direitos, das pessoas privadas de liberdade, egressas do sistema prisional, em cumprimento de alternativas penais e monitoradas eletronicamente, pessoas pós audiência de custódia, bem como aos respectivos familiares;
- Colaborar com programas de acompanhamento, cuidado, prevenção e reinserção social de pessoas em situação de vulnerabilidades, relacionadas ao uso problemático de álcool e outras drogas.
- Promover a prática extensionista e a formação dos estudantes nos contextos sociais e políticos em que estão inseridos;
- Desempenhar ações de prevenção e combate à violência institucional no sistema prisional, por meio da participação social para a construção de uma concepção crítica das ciências criminais, notadamente a execução penal, por parte de docentes, pesquisadores, pesquisadoras, discentes e sociedade;
- Fortalecer o papel da universidade no apoio à emancipação social de grupos vulneráveis.

#### METODOLOGIA

O modelo de governança do projeto é pautado por uma estratégia de integração intersetorial e interfederativa pensado para apoiar e ampliar a atuação das Defensoras e Defensores Públicos estaduais e federais, por meio de ações de extensão acadêmica, uma vez que o projeto possui ações tanto no campo do sistema penal, quanto do sistema de ensino.

Por meio da atuação integrada com as instituições acadêmicas, em paralelo aos serviços a serem prestados, no âmbito das unidades prisionais e no campus das instituições parceiras, será estabelecido observatório que pretende identificar vetores de vulnerabilidades, fatores de violação, subjetividades e condições de discriminação, para apreender e compreender, por meio de pesquisa empírica, as perspectivas de luta e enfrentamentos, e os caminhos para a potencialização de políticas públicas de acesso à justiça na execução penal e nas políticas penais.

Desse modo, esse projeto prever a participação de profissionais, pesquisadores, estudantes, servidores público, pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema prisional - assim como seus familiares -, em cumprimento de alternativas penais, pessoas pós audiência de custódia, e em monitoração eletrônica. Assim, fortalecendo o exercício da cidadania no contexto de privação de liberdade, Políticas extramuros e de reintegração social, por meio de parceria junto as Defensorias Públicas, Universidades e Institutos Federais, ao potencializar espaços de articulação intersetorial. Para isso é essencial a capacitação crítica de estudantes, de modo a compreender o potencial papel na luta pela defesa de direitos e transformação do contexto social, e a capacitação de todos os envolvidos no projeto como atores relevantes no que toca a atuação em situações de crise e na prevenção e combate à violência e criminalidade.

Ademais, para além das ações de atendimento que abarcarão as pessoas em conflito com a Lei e as impactadas com o contexto de violência e criminalidade, as ações fomentam o pensamento crítico e a observação na luta em defesa dos direitos humanos em ambientes prisionais, e fora deles, na tentativa de superar modelos de punição e de controle social estigmatizantes e antidemocráticos.

É importante ressaltar que a estratégia é aderente aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável abaixo colacionado, pois almeja apresentar instrumentos de redução das formas de violência em contexto de privação de liberdade, contribuindo para a o enfrentamento da desigualdade, a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, instituições eficazes e responsáveis, bem como para a construção de ferramentas e mecanismos de inovação e tecnologia voltados para a qualificação da vida, saúde e bem-estar da população vulnerabilizada.

03 - Saúde e Bem-Estar;

09 - Indústria, Inovação e Infraestrutura;

10 - Redução das desigualdades, e

**16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.**

<b>Premissas</b>	Parceria na colaboração da Defensoria Pública e do órgão de administração penitenciária do ente federativo; Clínica de Acesso a Direitos no âmbito da Universidade; Núcleo de assistência jurídica e de proteção social nas unidades prisionais beneficiárias do Projeto; Adoção de recortes de gênero e raça em todos os indicadores das metas previstas no Projeto.
<b>Atuação</b>	Clínica; Proteção e Defesa dos Direitos Humanos; Execução Penal;

	Assessoria Popular; Reintegração Social; Articulação com o Observatório do Projeto.
<b>Metodologia básica para a atuação</b>	Atendimento e do acompanhamento de casos judiciais, por meio de estudantes e docentes da Faculdade de Direito; Atendimento e acompanhamento de pessoas com demandas judiciais, para acompanhamento psicológico e de proteção social por meio de docentes dos cursos superiores referência das temáticas trabalhadas; Encaminhamento para a Rede de Proteção Social e aos Serviços Especializados de Atenção às Pessoas egressas e familiares; Discussão regular de temas e abordagens referente à violência institucional no âmbito da execução penal; Ações focadas territorialmente, e, nos grupos mais vulnerabilizados, como mulheres, pessoas com deficiência e pessoas estrangeiras, bem provisoriamente; A orientação e supervisão das atividades será exercida por docentes da Faculdade de Direito, Serviço Social, Psicologia, Pedagogia e Gestão Sociais e Sociais Aplicadas com a participação de profissionais e estudantes de pós-graduação, e supervisão da Defensoria Pública do Estado. As equipes e serviços poderão ser, também, compostos por discentes residentes.
<b>PRESENCIAL E VIRTUAL</b>  Equipe multidisciplinar mínima para atuação no <b>Núcleo de assistência jurídica e de proteção social nas unidades prisionais</b>	<b>Docente orientador/supervisor:</b> Direito; Serviço Social; e Psicologia.  <b>Discentes orientandos:</b> Direito (para atender assistência jurídica e ações de remição de pena); Serviço Social; Psicologia; Letras ou Pedagogia.
<b>PRESENCIAL</b>  Equipe multidisciplinar mínima para atuação nas clínicas instituídas no espaço da acadêmico,	<b>Docente orientador/supervisor:</b> Direito; Serviço Social; e Psicologia.  <b>Discentes orientandos:</b> Direito (para atender assistência jurídica e ações de remição de pena); Serviço Social; Psicologia.

Observa-se que os docentes podem estar supervisionando as equipes mínimas da clínica e do núcleo, assim como potenciais parceiros da Defensoria Pública, consoante as normas que regem as instituições.

## ESCOPO

### EIXO - TRANSVERSAL

Ação	Local	Atividades	Metas	Indicador	Detalhamento recebimento
Planejamento e execução	Espaço acadêmico e núcleo instalado no sistema prisional	Efetivação de toda ação estrutural e logística para a instalação física das Clínicas de Acesso à Diretos;  Gerenciar equipe integrante do projeto;  Prezar pela manutenção de estrutura adequada para execução das atividades;  Promover diálogos interinstitucional com a rede parceira do projeto.  Preparar os discentes para a atuação no projeto;  Supervisionar de forma coletiva ou individual, os discentes do projeto nas atividades da clínica de acesso à direitos;  Produzir relatório das atividades desenvolvidas;  Conduzir grupos de estudos e pesquisas relacionadas aos temas pertinentes à qualificação da atuação;  Acompanhar ações junto à rede parceria do projeto.	<b>Instalar 1 Clínica de acesso a direitos</b> no âmbito do campus.  <b>Instalar 1 núcleo de atendimento virtual e presencial nas unidades prisionais</b> atendidas pelo Projeto.  Realizar 100% das ações realizadas.  Desejável que o núcleo possa ter condições de viabilizar atendimentos volantes de forma a ampliar a possibilidade de acesso ao público beneficiário (considerando as barreiras de acesso e as dificuldades de circular a cidade em função do estigma e preconceito).	Número de espaços instalados, considerando a pactuação efetivada.  Número de colaboradores (docentes e discentes) compondo a equipe do projeto, considerando a pactuação efetivada.  Percentual de realização das ações pactuadas, bem como em plano de ação detalhado para a implementação estrutural do Projeto.	1 Relatório técnico informações e funcionamento e ateste, assinado pela Defensoria Pública Local e Administração congêneres;  Os espaços de atuação de conteúdo instalados nas áreas de assistência psicossocial e de remição de interface de atendimento judiciário locais e varas de execução públicas;  Equipe mínima:  1 (um) coordenador  1 apoio administrativo  1 supervisor por equipes mínimas de funcionamento Social e Psicologia

### EIXO - CIDADANIA E GARANTIA DE DIREITOS NO SISTEMA PRISIONAL

Ação	Local	Atividades	Metas	Indicador	Detalhamento recebimento
Assessoria técnica à Defensoria Pública	Espaço acadêmico e núcleo de acesso à direitos no	Preparar os discentes para a atuação no projeto;	<b>Orientar 10 discentes inseridos no programa</b> no atendimento e acompanhamento de ações (meta mensal).	Número de estudantes matriculados no projeto de extensão.	1 (um) relatório de atendimento, com identificação dos beneficiários, e Relatório do Projeto, a ser

	âmbito das unidades prisionais	Acompanhar os participantes do projeto nas atividades de assessoria jurídica;  Colaborar no desenvolvimento de atividades relacionadas ao projeto;  Prestar atendimento e apoio aos discentes no desenvolvimento de atividades relacionadas ao projeto;			de acompanhar como registros realizadas;
Atendimento Presencial	Espaço acadêmico e núcleo de acesso à direitos no âmbito das unidades prisionais	Realizar assessoria psicossocial e jurídica em favor de pessoas privadas da liberdade;  Acompanhar os participantes do projeto nas atividades de assessoria jurídica;  Colaborar no desenvolvimento de atividades relacionadas ao projeto;  Realizar instrução, e, caso possível, o encaminhamento para os serviços e equipamentos da rede de proteção social.	<b>Atender 352 pessoas privadas de liberdade</b> em formato presencial, com a seguinte meta mínima de atendimento mensal -  88 atendimentos jurídicos, 88 atendimentos psicológicos, 88 atendimentos do Serviço Social.	Número de Pessoas atendidas presencialmente	Desenvolver atendimentos respectivos em de atenção psi as pessoas pri para os seus fa
Balcão Virtual de Atendimento Jurídico às pessoas privadas de liberdade e Familiares de pessoas privadas de liberdade.	Espaço acadêmico e núcleo de acesso à direitos no âmbito das unidades prisionais	Incremento do acesso à justiça no âmbito do sistema prisional;  Desempenho de ações sociais para a construção de uma concepção crítica das Ciências Criminais, notadamente a Execução Penal;  Promoção do pensamento crítico na luta em defesa dos direitos humanos em ambientes prisionais;	<b>Atender 352 pessoas privadas de liberdade</b> em formato virtual, com a seguinte meta mínima de atendimento mensal -  88 atendimentos jurídicos, 88 atendimentos psicológicos, 88 atendimentos do Serviço Social.	Número de pessoas atendidas de forma virtual	Desenvolver canal de comun atendimento j pessoas privac os seus familia
Educação em direitos	Espaço acadêmico e núcleo de acesso à justiça no âmbito das unidades prisionais	Promover atividades de educação em direitos no sistema prisional, como palestras, conferências e debates, visando à qualificação de pessoas privadas de liberdade, familiares e trabalhadores do sistema prisional, bem como a capacitação e formação das famílias de pessoas privadas de liberdade como atores de atuação em situações de crise e na prevenção e combate à violência institucional;	<b>Promover 8 seminários temáticos sobre os temas prioritários do projeto</b> para docentes, discentes e familiares de pessoas privadas de liberdade;  <b>1 (uma) Cartilha</b> sobre noções básicas sobre educação em direitos humanos;  <b>Atualização das 6 Cartilhas sobre direitos e diversidade</b> (mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiência, LGBTQIAPN+, pessoas indígenas, pessoas imigrantes);  <b>1 (um) curso de capacitação e formação para atuação de famílias</b> na prevenção à criminalidade e combate à violência institucional;	Número de iniciativas de educação realizadas	Entrega e valid certificado de beneficiário dc
Remição de Pena	Núcleo de acesso à justiça no âmbito das unidades prisionais	Apoiar os processos de remição de pena implementados na unidade;  Articular ações de remição com poder judiciário local e ministério público;	Instalar <b>1 equipe multidisciplinar de apoio à remição</b> de pena;  Realizar <b>3 projetos de remição pela leitura, cultura, lazer ou esporte</b> ;  <b>Encaminhar e acompanhar 88 processos de remição</b> da unidade prisional beneficiária do projeto (mensal);	Número de equipes instaladas, conforme atendimento pactuado.  Número de processos de remição encaminhados ao Poder judiciário.	As equipes de mínimo, pela é Direito, Serviç

## EIXO - CIDADANIA E REINTEGRAÇÃO SOCIAL

Ação	Local	Atividades	Metas	Indicador	Detalhar o recebimento
Articulação e gestão do atendimento do ao público	Espaço acadêmico	Preparar os discentes para a atuação no projeto;	<b>Orientar 10 discentes inseridos no programa</b> no atendimento e acompanhamento de ações	Número de estudantes matriculados no projeto de extensão.	1 (um) relati atendiment dos benefici

		<p>Acompanhar os participantes do projeto nas atividades de assessoria jurídica;</p> <p>Colaborar no desenvolvimento de atividades relacionadas ao projeto;</p> <p>Prestar atendimento e apoio aos discentes no desenvolvimento de atividades relacionadas ao projeto;</p> <p>Articular fluxos de encaminhamentos afetos à implementação do projeto.</p>	(meta mensal).		do Projeto, i equipe de a designada, l fotográficos
Atendimentos Jurídicos às Pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares	Espaço Acadêmico (Núcleo de Cidadania e Reintegração Social)	<p>Promover o acompanhamento processual a ser realizado por discentes do direito em articulação com a defensoria pública dos territórios;</p> <p>Realizar encaminhamentos para rede de proteção social pertinente à qualificação do atendimento do caso. Quando pessoa egressa necessário encaminhar aos Serviços Especializados de Atenção às Pessoa Egressas e seus familiares, nos territórios onde implantados.</p>	Realização de <b>240</b> atendimentos mensalmente.	Número de atendimentos realizados a cada mês, com e sem repetição	<p>Entrega de 1 quantitativo informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Quantidade totais realizadas mês, ambos pessoa aten</li> <li>Quantidade encaminhados quais institu</li> <li>Caracteriz cumprimento penais, mon eletronicam audiência de Egressa e fa</li> </ol> <p><b>No que com cidadania e todas as ati realizadas p</b></p> <p>Equipe míni 04 (quatro) Direito.</p>
Atendimentos Psicológicos às pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente, em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas.	Espaço Acadêmico (Núcleo de Cidadania e Reintegração Social)	<p>Atender, orientar e/ou acompanhar demandas psicológicas</p> <p>Realizar encaminhamentos para rede de proteção social pertinente à qualificação do atendimento do caso. Quando pessoa egressa necessário encaminhar aos Serviços Especializados de Atenção às Pessoa Egressas e seus familiares, nos territórios onde implantados.</p> <p>Realizar encaminhamentos a programas de acompanhamento, cuidado, prevenção e reinserção social de pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas, em conformidade com as diretrizes conduzidas pela SENAD/MJSP</p>	Realização de <b>240</b> atendimentos mensalmente.	Número de atendimentos realizados a cada mês, com e sem repetição	<p>Entrega de 1 quantitativo informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Quantidade totais realizadas mês, ambos pessoa aten</li> <li>Quantidade encaminhados quais institu</li> <li>Caracteriz cumprimento penais, mon eletronicam audiência de Egressa e fa</li> </ol> <p><b>No que com cidadania e todas as ati realizadas p</b></p> <p>Equipe míni 04 (quatro) psicologia.</p>
Atendimento e orientação com profissional do Serviço Social às pessoas com passagem por audiência de custódia, monitoradas eletronicamente,	Espaço Acadêmico (Núcleo de Cidadania e Reintegração Social)	<p>Atender, orientar e/ou acompanhar demandas socioassistenciais.</p> <p>Realizar encaminhamentos para rede de proteção social pertinente à qualificação do atendimento do caso. Quando pessoa egressa necessário encaminhar aos</p>	Realização de <b>120</b> atendimentos mensalmente.	Número de atendimentos realizados a cada mês, com e sem repetição	<p>Entrega de 1 quantitativo informações:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>Quantidade totais realizadas mês, ambos pessoa aten</li> </ol>

em cumprimento de alternativas penais, egressos do sistema prisional, familiares e pessoas em situação de vulnerabilidade relacionadas ao uso de álcool e outras drogas.		<p>Serviços Especializados de Atenção às Pessoa Egressas e seus familiares, nos territórios onde implantados.</p> <p>Realizar encaminhamentos a programas de acompanhamento, cuidado, prevenção e reinserção social de pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas, em conformidade com as diretrizes conduzidas pela SENAD/MJSP.</p>			<p>2. Quantidade encaminhadas em quais institutos</p> <p>3. Características dos cumprimentos penais, monitoradas eletronicamente em audiência de Egressa e familiares</p> <p><b>No que com cidadania e todas as atividades realizadas por</b></p> <p>Equipe mínima de 02 (dois) dispositivos de serviço social</p>
--	--	--	--	--	--



Documento assinado eletronicamente por **CINTIA RANGEL ASSUMPÇÃO**, Coordenador(a)-Geral de Cidadania e Alternativas Penais, em 06/12/2024, às 13:46, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **JUCIANE PRADO LOURENÇO DA SILVA**, Policial Penal Federal, em 06/12/2024, às 14:06, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lúvia Fontes da Silva**, Coordenador(a)-Geral de Cidadania e Alternativas Penais – Substituto(a), em 06/12/2024, às 14:22, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **30026340** e o código CRC **F19DDD7F**. O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.